



DE CONVENTO DA ESPERANÇA
A QUARTEL DE BOMBEIROS
A transformação de um edifício emblemático

DE CONVENTO DA ESPERANÇA
A QUARTEL DE BOMBEIROS

A transformação de um edifício emblemático

De Convento da Esperança a Quartel de Bombeiros

A transformação de um edifício emblemático.

Coleção CULTURA

© CML | RSB

Coordenação da coleção: Carla Boto Pereira, Miguel Gil

Investigação e texto: Paula Serafim

Coordenação editorial: Rui Lourido

Revisão editorial: Ana Loureiro

Design editorial: Isilda Marcelino

Impressão: Imprensa Municipal

500 exemplares

ISBN: 978-989-54922-2-0

Depósito Legal: 477573/20

Dezembro 2020

Fotos: Imagens cedidas gentilmente pelo Arquivo Municipal de Lisboa e pela EPAL – Museu da Água – CDHT.

© Todos os direitos reservados.

ÍNDICE

Introdução	07
O Convento da Esperança	09
A passagem do complexo conventual para a posse da Câmara	11
A inquietação da Câmara	21
A crise do pão e as padarias	29
Obras e novos arruamentos	33
Uma nova Estação de Incêndios	39
Conclusão	49
Fontes documentais	51
Bibliografia	53
Documentos eletrónicos	55
Cronologia	57

INTRODUÇÃO

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, os conventos que ficaram desocupados foram aproveitados pelo poder político para novas utilizações.

Os edifícios sofreram demolições e remodelações que, na maioria dos casos, anularam a sua traça arquitetónica primitiva, tornando-os irreconhecíveis. O Convento de Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista, erigido no sítio da Esperança, constituiu um desses exemplos.

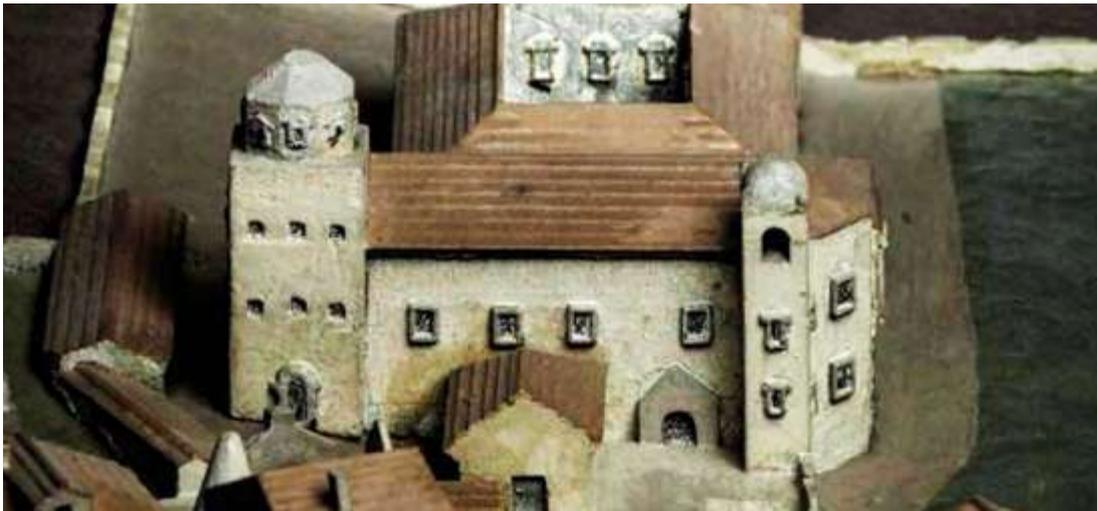
Em consonância com os interesses municipais do século XIX, este espaço conventual surgiu como um elemento base favorável ao início do projeto de transformação da zona ribeirinha, da Boavista até Santos e zona envolvente.

O complexo conventual foi inicialmente cedido pelo Governo à Câmara Municipal de Lisboa para a instalação de padarias municipais. Mas este desiderato foi colocado de parte logo no seu início, tendo sido parcialmente ocupado pelo serviço municipal de incêndios, devido à sua funcionalidade e acessibilidade, pois permitia maior capacidade de resposta nas operações de socorro.

Foram sendo construídas novas dependências e aproveitados alguns materiais da demolição do conjunto conventual, adequando gradualmente o recinto à nova função.

Com o tempo, e através de decisões com avanços e recuos, conforme permitiam as finanças municipais, o espaço foi sendo adaptado para a instalação permanente de um grande quartel de bombeiros, centralizando serviços, homens e materiais.

Maqueta da reconstrução de Lisboa antes do terramoto de 1755 [fachada do Convento da Esperança].
Museu de Lisboa – Palácio Pimenta.



Maqueta da reconstrução de Lisboa antes do terramoto de 1755 [pormenor do Convento da Esperança]
Museu de Lisboa – Palácio Pimenta.



O CONVENTO DA ESPERANÇA

Esta casa religiosa, inicialmente intitulada Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista por ficar «a parte occidental da cidade, junto ao oyteyro da Boavista (...) sitio que naquele tempo era muy pouco habitado», foi fundada por D. Isabel de Mendanha, em 1524, com a intenção de criar um lugar de recolhimento para senhoras nobres devotas.

A sua edificação, confirmada por bula papal, só teve início três anos depois e é por testamento que D. Isabel dedica o seu mosteiro a Nossa Senhora da Piedade pouco antes da sua morte ocorrida em 1532.

D. Joana de Eça, aia da rainha D. Catarina, à morte de D. Isabel, assume a direção desta casa religiosa, sendo a impulsionadora do seu desenvolvimento «com grande magnificencia e perfeçam», mantendo-se neste cargo até ao fim de vida em 1571.¹

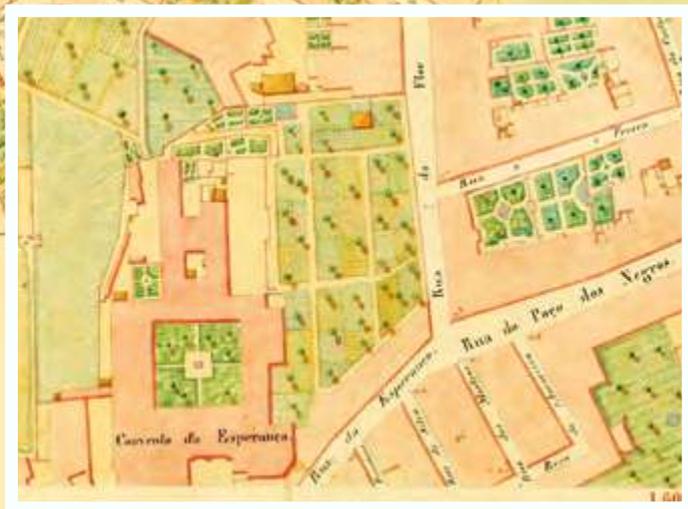
As primeiras freiras a ocuparem este alojamento no ano de 1535 eram provenientes de mosteiros da Ordem de Santa Clara da Madeira e de Santarém. Porém, devido à crescente importância e notoriedade das suas instalações, mais irmãs clarissas quiseram ingressar nesta morada.²



Maqueta da reconstrução de Lisboa
antes do terramoto de 1755
[pormenor da cerca do Convento da Esperança]
Museu de Lisboa – Palácio Pimenta.

¹ O terreno onde foi construído o convento era uma quinta denominada da Sisana ou Sizana, pertencente aos bens da capela de Estevão da Guarda, situada na igreja de São Vicente de Fora. O direito de senhorio pleno desta quinta só foi adquirido por escritura no ano de 1553, ficando as religiosas com maior poder económico para engrandecerem o seu mosteiro, conforme nos relata o autor da «*História dos mosteiros, conventos e casa religiosas de Lisboa na qual se da noticia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta Cidade. Com biografias, descrição de ornatos e imagens e indicações acerca dos seminários e noviciados estabelecidos em Lisboa*», tomo II, Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1972, pp. 317-327.

² Existem discordâncias quanto ao número de freiras ingressas ao longo dos anos. Segundo frei Nicolau de Oliveira, em 1620 «o mosteiro de Franciscanas cõ titulo de nossa Senhora da Esperança, & tẽ oitenta Religiosas.». Livro das Grandezas de Lisboa, Lisboa: Vega-Gabinete de Edições, 1991. In *Dicionário da História de Lisboa* é referido que foi: «criado para 50 religiosas, viu esse número aumentar para 53 (...) em 1667.»



Levantamento Topográfico de Filipe Folque, 1856, n.º 41
Arquivo Municipal de Lisboa.
PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/05/01/43

A denominação de Convento da Esperança pelo qual veio a ficar mais conhecido deve-se a uma confraria de mareantes que na igreja estabeleceu um altar dedicado a Nossa Senhora da Esperança.

O conjunto habitacional deste mosteiro foi aumentado quando se soube ser a casa de acolhimento escolhida por D. Catarina para passar a maior parte do seu tempo ao ficar viúva de D. João III e, mais tarde, em 1667, por D. Maria Francisca de Sabóia, durante o período em que decorreu a anulação do seu casamento com D. Afonso VI.

Inserido na linha concetual de *cidade dos eleitos*, para nele viverem segundo as leis divinas, o convento foi projetado de forma ordenada, com vários espaços anexados e cercados por um muro, símbolo de separação entre a *cidade divina* e a *cidade terrestre*³, que satisfiziam as necessidades das suas moradoras e que, ao longo dos séculos, tornou-se mais social à vivência comunitária que o circundava, principalmente por a igreja ter o culto aberto ao povo.

Como casa religiosa de freiras seguidoras da regra de Santa Clara, este convento sofreu praticamente durante toda a sua existência alterações e modificações, bem como novas edificações, aumento e aperfeiçoamento das estruturas já existentes, num prolongamento do seu caminho natural de comunidade conventual urbana.

A PASSAGEM DO COMPLEXO CONVENTUAL PARA A POSSE DA CÂMARA

Em 1834, Joaquim António de Aguiar, ministro do Reino e secretário de Estado, determinava, por decreto, a extinção de todos os mosteiros, conventos, colégios, hospícios e casas religiosas de qualquer ordem regular e a incorporação de todos os seus bens na Fazenda Nacional, exceto paramentos e algumas alfaias religiosas utilizadas nos cultos. Estas seriam entregues nas dioceses a fim de serem distribuídas pelas igrejas paroquiais mais necessitadas.

O decreto ordenava a imediata extinção das casas religiosas masculinas e, por óbito da última freira residente, o fecho dos conventos femininos.

A portaria de 20 de julho de 1857, referente aos conventos femininos que «*apelava á urgente necessidade de se ter um exacto conhecimento do seu estado e bens*», demonstra-nos não só

³ Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*. vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 988.

Levantamento Topográfico de Filipe Folque, 1856, n.º 49
Arquivo Municipal de Lisboa.
PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/05/01/51

N.º 49



o clima de desorganização política e social desta época, mas também algumas falhas de comunicação entre as comissões de inquérito e as respetivas informações chegadas ao Governo sobre as casas religiosas femininas ainda ocupadas.⁴

Foi neste contexto que a Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça⁵ enviou ordens expressas a todas a dioceses a fim de obter informações rigorosas sobre o estado destas casas para que o Governo, conforme as necessidades, decidisse o que fazer com elas.

O Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, assim denominado no século XVI, passou à propriedade efetiva do Estado a 31 de agosto de 1888, data de um ofício do Ministério da Fazenda que comunicava oficialmente o falecimento da última freira da Esperança, soror Joaquina Cândida de Jesus, ocorrido a 11 de agosto.

A confirmação do óbito demorou alguns dias, mas a Direção Geral dos Próprios Nacionais⁶ havia autorizado a 2.ª repartição da Fazenda Nacional a tomar posse do edifício logo a 13 de agosto. No dia seguinte o administrador do 4.º bairro, Manuel Joaquim Carrilho Garcia, deslocou-se ao local para verificar todo o conjunto conventual e a 16 de agosto foi nomeado Henrique Joaquim de Abranches Bizarro, para constituir e registar o inventário dos bens.

A tomada de posse de todo o edificado: o convento, a igreja, os claustros, dependências anexas, a horta, a cerca e outras casas pertencentes às atividades diárias das freiras, foi efetivada a 21 de agosto com as respetivas confrontações do terreno para confirmação do espaço: a Norte com a calçada da Estrela, a Sul com o largo da Esperança, a Este com prédios da rua de S. Bento e a Oeste com o Caminho Novo e travessa do Pasteleiro.

A 1 de setembro desse ano o padre Sebastião José de Azevedo, que havia sido confessor

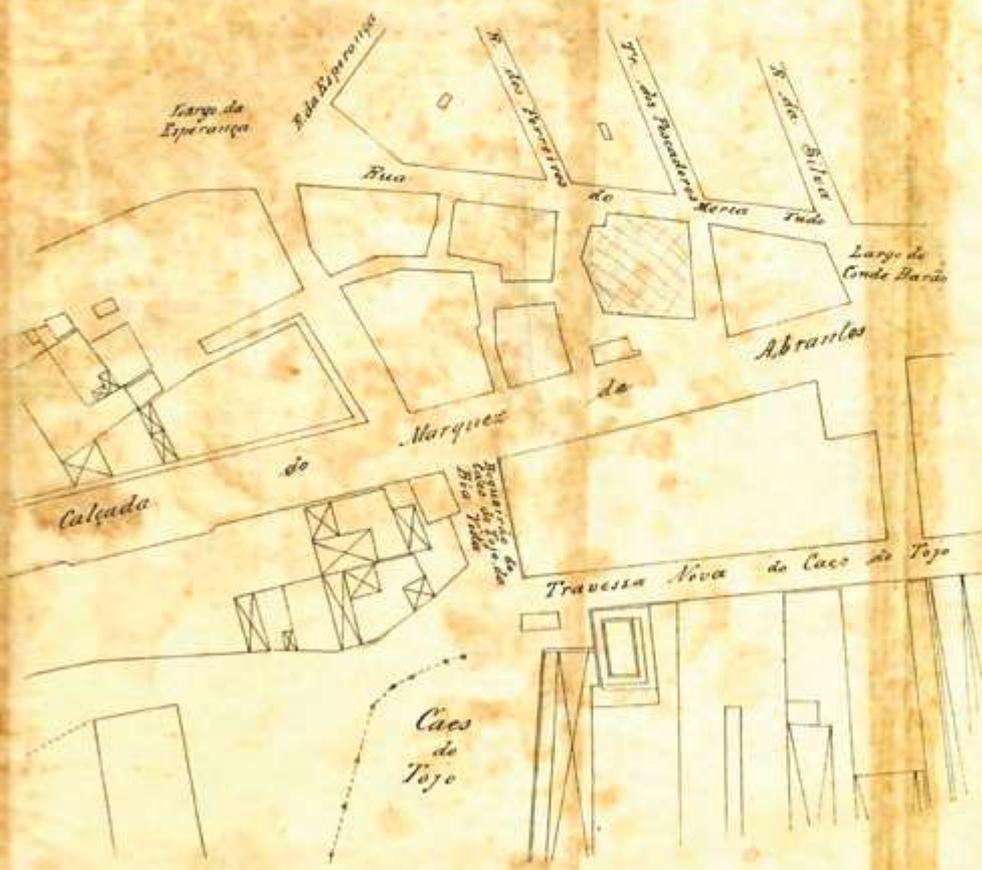
⁴ ANTT, Ministério das Finanças, *Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal – Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa*. (cód. ref.º PT/TT/MF-DGFP/E/002).

⁵ Criada em agosto de 1821, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça viu o sistema judicial nacional reorganizado por Mouzinho da Silveira em maio do ano seguinte, passando a integrar um serviço específico para a resolução de problemas clericais: a Repartição dos Negócios Eclesiásticos, com um organismo denominado Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça que, mais tarde, em colaboração com a Comissão da Reforma Geral do Clero, criada por decreto de 31 de julho de 1833, estruturaram a ação política que levou à extinção de todas as casas e institutos religiosos. Depois de várias reestruturações e alguns desenvolvimentos do sistema judicial ao longo dos anos, esta Secretaria de Estado, em outubro de 1910, passa a denominar-se Ministério da Justiça. Consulta on-line: Associação dos Amigos da Torre do Tombo. <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1414>, em 20 de julho de 2018.

⁶ Esta Direção Geral dependia diretamente do Tribunal do Tesouro Público, órgão central da administração financeira do Estado que por causa da extinção das ordens religiosas e da integração de todos os seus bens no património do Estado aumentou em muito a sua atividade, o que veio a originar uma nova reestruturação destes serviços por decreto de 20 de junho de 1834. *Idem, Ibidem*.

ARQUIVO
MUNICIPAL
DE
BRASILIA

Cópia da planta levantada em 1856 a 1858



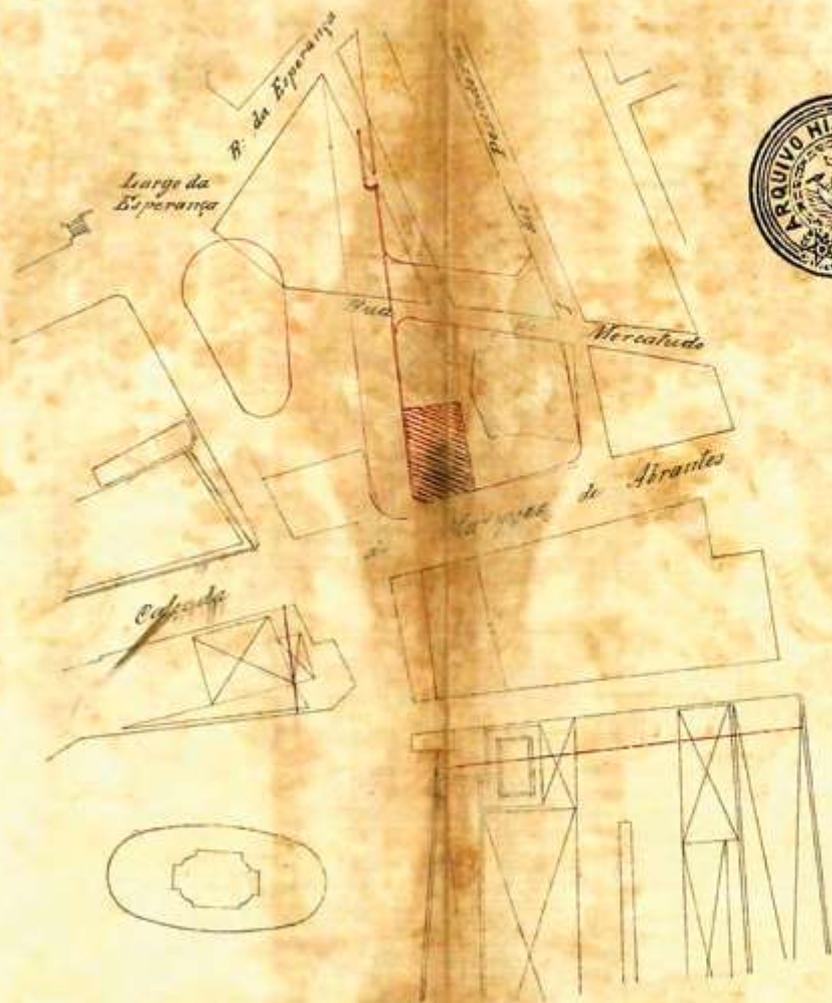
Escala = 1:1000

*Estado em que se encontrava quando se
procedeu à abertura da Rua D. Carlos.*

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
SERVIÇO GERAL DE DOCUMENTAÇÃO
3.ª REPARTIÇÃO
ARQUIVO

628

n.º 19



Cópia da planta levantada em 1856 a 1858
Arquivo Municipal de Lisboa.
PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/09/00064

no Convento da Esperança e por isso o conhecia bem, confirmava o inventário e fazia a recolha de objetos litúrgicos e outros que haveriam de ser cedidos, conforme decisão do Ministério da Fazenda, a igrejas, irmandades e outras instituições com carência deles.⁷

Em sessão de Câmara de 6 de novembro de 1888⁸ o presidente, Fernando Pereira Palha Osório Cabral lembrou aos vereadores reunidos os termos da decisão que havia sido tomada em sessão de 8 março, o de criar uma comissão de estudo sobre a ideia de se estabelecerem umas padarias municipais para *«que esta comissão ficasse armada dos meios necessários de obstar a uma alta repentina no preço do pão em Lisboa, caso superiormente sejam adoptadas quaesquer medidas que elevem os direitos do trigo (...) e pelo meio proposto contra o abuso na industria do fabrico e venda de pão»*.⁹

A comissão foi nomeada¹⁰ para apreciar a viabilidade do projeto de estabelecimento das padarias como sendo uma instituição permanente na cidade e preparada *«para a concorrência com a industria particular»*, que não devia ser desleal nem dar mau resultado porque *«sendo o fabrico do pão um dos que mais se presta a falsificações, convinha proceder por maneira a não promover essas falsificações.»*

Perante a promessa feita pelo Governo de cedência à Câmara de um dos edifícios de que dispunha para aquele fim, o presidente Fernando Palha afirmava que *«não podia ser outra do que a cedência do edificio do extincto convento da Esperança para sede das padarias municipais»*.¹¹ No entanto, carecia de medidas legislativas para plena posse porque a criação deste serviço de padarias só iria trazer benefícios económicos ao município se a Câmara fosse autónoma na sua gerência.

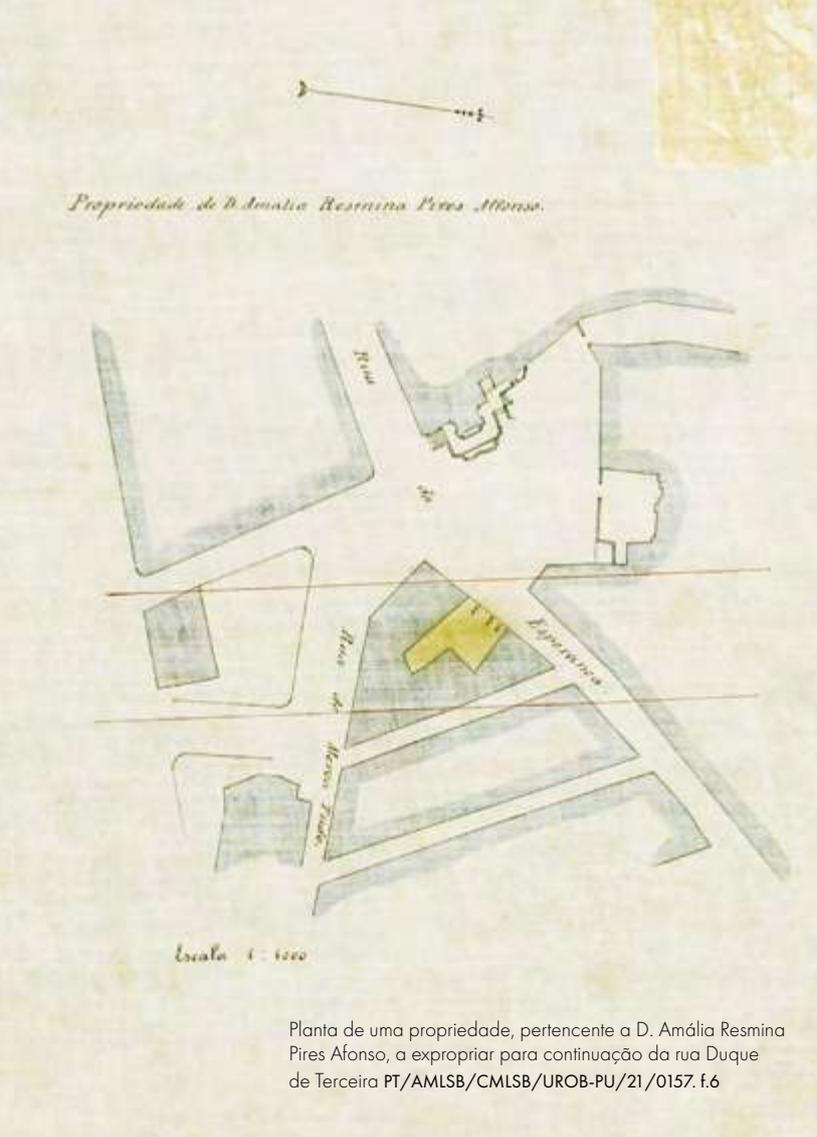
⁷ É referido no inventário que os sinos dos extintos conventos do Grilo e da Esperança de Lisboa iriam para a Junta de Paróquia da freguesia de Alpiarça; algumas cadeiras, armários e cómodas seriam doados ao Asilo para a Educação de Costureiras e Criadas de Servir, estabelecido no extinto convento do Santo Crucifixo das Capuchinhas, vulgarmente conhecido como convento das Francesinhas, ou que o grande reposteiro existente seria concedido à Irmandade e Caridade de Nossa Senhora das Dores e Santíssimo Coração de Jesus, sediada na sua ermida na rua dos Embaixadores, em Belém, entre outras cedências. ANTT, Ministério das Finanças, Inventário da extinção do convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa, cx. 1957 – 1962.

⁸ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1888, p. 150 .

⁹ Proposta apresentada pelo vereador da Fazenda Municipal, Augusto Fuschini, em sessão de Câmara de 29 de fevereiro de 1888 e discutida e aprovada em sessão de 8 março do mesmo ano. *Idem, Ibidem*, p. 26.

¹⁰ A Comissão de estudo para organizar um Serviço de Padarias Municipais ficou composta pelos vereadores Augusto Fuschini, José Elias Garcia e Fernando Mattozo Santos.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 151.



Planta de uma propriedade, pertencente a D. Amália Resmina Pires Afonso, a expropriar para continuação da rua Duque de Terceira PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/21/0157. f.6

Desde 1883 que o Governo estava na posse de terrenos junto à Alfandega e em frente ao mercado 24 de Julho que pertenciam ao município, sem ter dado qualquer contrapartida nem efetuado qualquer pagamento por eles.

Assim, para compensação e também porque a lei o facilitava, a Câmara vinha agora reclamar a cedência do edifício do extinto convento «para proceder á organização de padarias municipais (...) e atendendo á circumstancia do local, e tambem á oportunidade de adquirir a parte da cêrca e de predios pertencentes ao mesmo convento, necessaria para a avenida no prolongamento da rua do Duque da Terceira, por encontro das sommas que a camara tem a haver do governo, provenientes de terrenos municipaes incorporados na alfandega sem contracto ou accordo previo.»

A fixação no sítio do convento não era de todo gratuita. A Câmara desde 1881 que planeava fazer o prolongamento da rua Duque de Terceira até ao largo do edifício de São Bento, mas o ter que expropriar e cortar parte da igreja e da cerca às freiras fez com que o projeto fosse sucessivamente

adiado. Apresentava-se agora a ocasião propícia, uma coincidência muito favorável aos planos camarários.

O acordo com o Governo foi feito e, em 15 de novembro de 1888, foi assinado o contrato provisório da cedência do extinto convento com nove cláusulas de condições a cumprir para mais tarde ser assinado o contrato definitivo.

A nona e última cláusula advertiam: «Se a camara não realizar as obras da padaria municipal no prazo e com as condições estipuladas, ou se não der o conveniente adiantamento ás obras

da avenida, o edificio, cêrca e predios cedidos á mesma camara voltarão á posse do Estado para os fins legaes, sendo de conta da camara todas as despezas por ella feitas.»¹²

Em sessão da Comissão Executiva de fevereiro 1889, um officio da repartição técnica informava que por não estar concluído o inventário que a Fazenda Nacional estava a fazer aos móveis, objetos de arte e alfaias de culto no extinto Convento da Esperança, a Câmara ainda não estava na posse efetiva do edificio.¹³

No entanto, haviam já iniciado as demolições necessárias, pois no princípio do mês de março o serviço de obras da Câmara era informado de que «os materiaes provenientes da demolição de parte do convento da Esperança» haviam rendido 217\$250 réis.¹⁴

E no final do mês de março é anunciado um leilão a realizar no terreno da antiga horta das freiras, a fim de serem vendidos os materiais provenientes da demolição de uma outra parte do mesmo edificio.¹⁵

Nesta altura, muitos dos bens móveis da casa religiosa ainda permaneciam no local e os vereadores, reunidos a 3 de abril, resolviam um pedido levado a efeito pela Junta de Paróquia do Olival, em Ourém, para que os altares da igreja que lhes tinham sido cedidos pelo Governo ficassem guardados até ao final do mês de maio.¹⁶

A resolução das questões relacionadas com os pertences dos interiores do extinto convento passava também por outro problema colocado em sessão de 27 de maio de 1890, saber ao certo a que entidade pertencia os azulejos existentes no edificio conventual e qual o destino mais favorável à sua conservação.

A discussão em torno deste facto, motivada pelas diferentes opiniões dos vereadores, dividia-se em duas versões: uns tinham a completa convicção que os azulejos, fazendo parte do edificio, estavam incluídos na cedência feita pelo Governo e, portanto, pertenciam à Câmara, que faria deles o que bem entendesse; por outro lado, a ala mais receosa era de opinião que, sendo os azulejos «considerados obra d'arte, essas não foram cedidas pelo governo á camara, por isso deviam ser entregues.» Não chegando a acordo, o negocio foi adiado.¹⁷

¹² AML-AH, Administração, Documentação avulsa sobre a Administração Municipal, 1888, p. 12, n.º 328.

¹³ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1889 – Comissão Executiva, p. 57.

¹⁴ Sessão em 2 de março de 1889, p. 94.

¹⁵ Sessão em 27 de março de 1889, p. 125.

¹⁶ Sessão em 3 abril de 1889, p. 135.

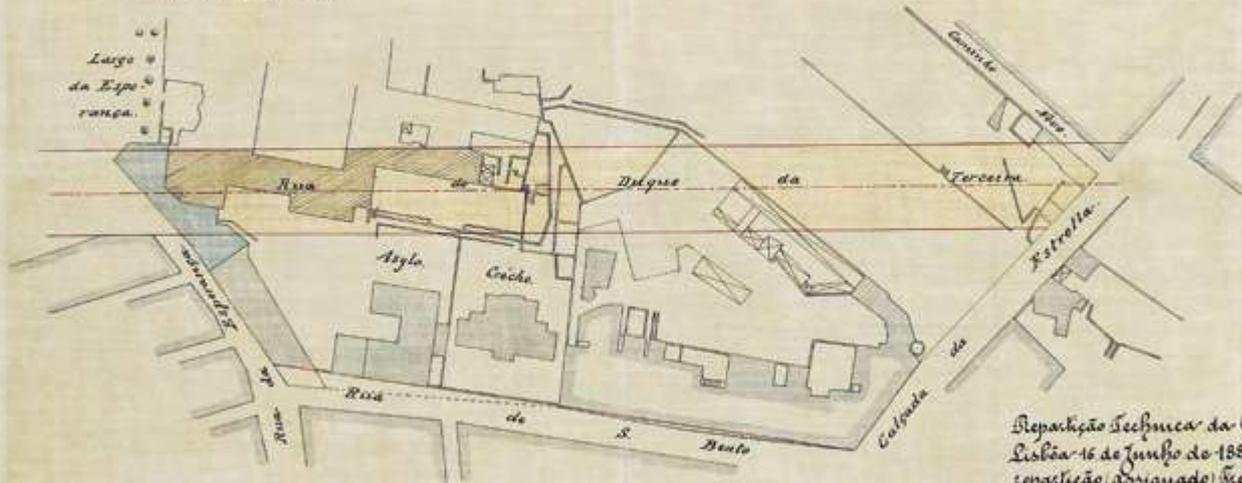
¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 166.

Planta-junta ao officio N.º 4488, do Engenheiro chefe da Repartição Technica

Cópia



Banhe amarello - patios e horta: - área = 4.275,65.
dilo dilo com traçado = Igreja - recolhimento e
mais construeções: - área = 1.124,00.
dilo azul = predios.



Escala 1:1000

Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa - 16 de Junho de 1885 O Engenheiro chefe da Repartição (Assignado) Frederico Ressano Garcia
Está conforme o original.

Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa de Agosto de 1888.

O Engenheiro Chefe da Repartição

Frederico Ressano Garcia

Planta anexa ao officio n.º 4488, do engenheiro-chefe da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia, de 16 de junho de 1885 PT/AMLSB/CMLSB/UROB-E/23/0116. fs. 134,134v. e 135

A INQUIETAÇÃO DA CÂMARA

O Governo ao invés de proporcionar o equilíbrio orçamental que havia prometido, aumentava a falta de verbas camarárias suprimindo alguns impostos do cofre do município para proveito do próprio Estado, como lamentava o presidente da Câmara, em novembro de 1888, numa exposição feita em reunião de vereação sobre «o tempo de prevenir a crise e os sacrificios nos forem impostos para a conjurar, tudo deveremos ofertar porque tudo merecem os munes da capital. Coisa alguma poderá intibir a nossa crença e os nossos ardentes desejos, porque a luta é um sintoma de vitalidade, e embora na refrega fiquemos prostrados não deveremos desistir, por um momento que se nos depara eficaz para obter a emancipação

Cópia

Officio N.º 488

Em 21 de maio de 1829, o Sr. ^{1.º} Com. e Officio dei-
xido por G. G. em 21 de maio ultima
a esta repartição, onde foi recebido com
o N.º 11029, foi por G. G. ^{2.º} Com. e Officio,
por copia, da parte do Sr. ^{3.º} Com. e Officio
de, para informar e officio que
em 19 foi dirigido a ^{4.º} Com. e Officio
do Excmo. Sr. Thezouro de Curitiba, por
quintuplicado.

1.º Qual a superfície que a ha-
maria pretende se lhe conceda, da
terra do cacauete da Esperanza para
o pretendimento da sua Sr. Dama
de V.ª e de Sr. Carlos das V.ªs.

2.º Se a dita superfície se con-
prehendem quaesquer proibições cabidas
pelo Real de Governo.

3.º Qual o valor da concessão pedida.

At este respeito tem esta repartição a
informar G. G. de que a superfície da
parte que é necessário evitar da terra
e partes do dito cacauete para o
pretendimento do Sr. Dama, e da
planta feita e acompanhada por
bombo amarello, e de 11.27, e da
anulada esta parte, mencione proibi-
ções cabidas e que a dita nulidade está
feita por esta repartição, a ordem do
Sr. Com. e Officio de Curitiba, em 11.27, e da
Cassidua, por meio de Curitiba, que elle

da respectiva parte da área e palcos
que costar para a cada obra sobre
parte das folhas n.º 80 a 90 da sua
da esperança, juntamente se encobrem,
e outra parte de proprio conhecimento,
veja e mais a respeito, as quaes
na mesma planta são devidas
respectivamente por banchos baixos
e por banchos altos sobre banchos
amarelos, e se acham acalçadas
por esta repartição, respectivamente
de seu proprietário e Sr. Alvaro de
que as obras que ha a fazer são
construção de casa, conhecida e nome
que, duplica de cada parte contigua
com a germinação, estas obras
por esta repartição na quantidade
de seis mil e quatrocentos, que, sendo em
obra com a seguinte, deve ser
a Sr. Alvaro de, vindo a importância
da total das respectivas repartições
a ser de mil e quatrocentos, devidos distribuídos
a parte respectiva da área e palcos

9.650, 370

Dito no folio n.º 81 a 90

7.500, 00

Dito na folha e anexos, em

contribuição a custo parcial

das obras a fazer de aqui para

a sua conclusão

8.600, 00

Em Guatema 14 de Maio de 1880

Repartição

Februário 16 de Junho de 1885. J. G.
e do Sr. Engenheiro da Comissão Municipal
de Lisboa.

Esta conferência é original existente
na dita repartição.

Frederico Resso Garcia



Planta anexa ao auto de vistoria, 18 de outubro de 1870, no sítio do Caminho Novo. PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/21/0566

do município e a reivindicação dos rendimentos do imposto de consumo que o Estado indevidamente está cobrando (...) e pela indevida apropriação que o Estado fez dos seus (da Câmara) principais elementos de receita».¹⁹

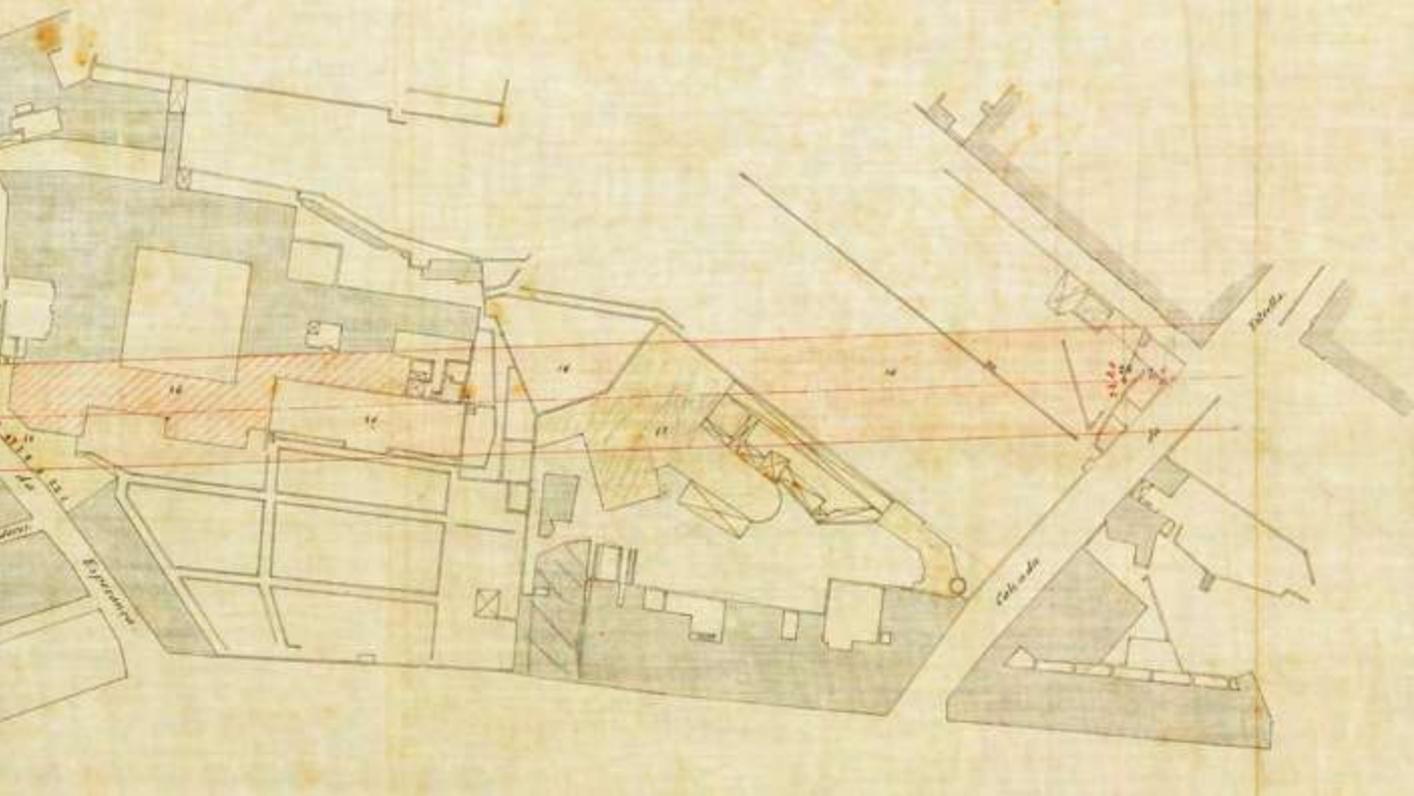
25

O vereador Francisco José Teixeira Bastos Júnior, que havia solicitado uma reunião, levou a que outro vereador, Zófimo Pedroso Gomes da Silva, no lugar de presidente da Comissão, convocasse uma sessão extraordinária para o dia 19 de junho de 1889.

Pelas duas horas da tarde desse dia, o mesmo vereador pedia para ser esclarecido, caso algum dos colegas soubesse responder sobre qual o fundamento de uma notícia que vira publicada relativamente à cedência que o Governo fizera da cerca do extinto Convento da Esperança à Oficina de S. José, a mesma cedência que fora feita à Câmara para o estabelecimento das padarias municipais.

O presidente Conde do Restelo referiu o que sabia e que era do conhecimento geral: o contrato de concessão do edifício do extinto Convento da Esperança para o estabelecimento das

¹⁹ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1889 – Comissão Executiva, p. 57.



municipal do convento da Esperança e terrenos anexos, que lhe havia concedido por contracto celebrado em 15 de novembro de 1888, a fim de o ceder para uma instituição de beneficência, o que alias lhe parecia uma violencia, por isso que a camara cumprira, com a conclusão da avenida D. Carlos, a clausula daquele contrato, pela qual a concessão do ditto convento e pertences se tornou definitiva para a camara municipal, propunha pois que, no cumprimento do seu dever, a camara representasse desde já ao governo, para que a posse do aludido Convento e anexos seja mantida.»²¹

A inquietação da Comissão era notória e a discussão sobre o que fazer, caso os boatos se viessem a confirmar, direcionava todas as opiniões para um consenso: a nona cláusula do contrato tinha sido cumprida. Portanto, fossem quais fossem as ideias do Governo, não poderia ser retirada à Câmara a posse daquela propriedade sem incorrer numa ilegalidade.

Ficou então decidido que a proposta do vereador Augusto Vieira, aprovada pela Comissão, fosse feita numa representação ao Governo.

²¹ *Idem, Ibidem, p. 190.*

A CRISE DO PÃO E AS PADARIAS

Em 29 de agosto do ano de 1890 surgiu, para discussão em reunião de Câmara, uma representação dos padeiros da cidade reclamando contra a postura que os obrigava a fabricar o pão sob regras inflexíveis no seu peso, ameaçando a paralisação da produção. Para que a reivindicação não tomasse maiores proporções foi resolvido, por unanimidade, modificar alguns parágrafos dessa postura e torná-la menos rígida à indústria da panificação.

Nova crise surge em 1893 pela classe dos padeiros que, não tendo ficado satisfeita com a resolução da reivindicação anterior, manifestava-se agora contra os preços das farinhas que provocavam aumentos no preço do pão com grande descontentamento do povo. No mês de setembro eram já grandes os alvoroços e as desordens, obrigando a vereação a tomar providências urgentes.

O primeiro passo foi o pedido de ajuda feito ao diretor da Fábrica de Panificação a vapor, que se prontificou a prestar todo o auxílio possível na fabricação das quantidades de pão essenciais para fazer face ao aumento do preço e conseguir baixá-lo até um preço justo.

Para salvaguarda do interesse público e ajuda à Câmara na resolução desta situação, o Governo, na pessoa do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria conferenciou com o inspetor-geral do Serviço dos Incêndios acerca da capacidade de resposta, caso este serviço viesse a ser necessário na intervenção aos distúrbios que a crise do pão estava a provocar.

Em sessão de Câmara de 18 de setembro, o vereador Augusto Francisco Vieira viria a apresentar as suas considerações acerca dos tumultos suscitados pelos panificadores e a propor que fossem incumbidas a Direção Geral do Serviço de Obras e a Inspeção Geral dos Incêndios de proceder rapidamente aos estudos sobre a construção, simples e económica, de um estabelecimento para o fabrico do pão nos terrenos municipais situados na rua D. Carlos.²²

Mais uma vez de volta à questão e cerca de cinco anos depois da cedência do extinto convento da Esperança para o estabelecimento das padarias, a proposta foi unanimemente aprovada.

Com efeito, o vereador Martinho Guimarães, depois de dar a sua opinião sobre o assunto, propôs que fossem dadas ordens para que, urgentemente, se preparassem as estações de incêndios e os talhos municipais de modo a poderem fazer a venda de pão, fundamental para debelar a crise

²² *Idem, ibidem*, p. 276.

que se antevia e que a direção deste serviço extraordinário fosse confiada ao inspetor-geral dos incêndios, o comandante do Corpo de Bombeiros Municipais, Augusto Gomes Ferreira.²³

A forma de neutralizar esta crise foi eficaz pelo serviço extremamente bem organizado do inspetor-geral como se provou em sessão de Câmara de 6 de novembro deste ano de 1893, onde foi lido pelo presidente, conde de Otollini, um ofício do secretário de Estado dos Negócios e Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bernardino Luís Machado Guimarães, datado do dia 2, louvando os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Municipais, sobretudo o seu comandante «*pela boa vontade e zelo de que deram prova na distribuição de pão aos domicílios*».²⁴

Para o vereador Francisco José Teixeira Bastos Júnior o problema levantado pelos fabricantes de pão ainda estava longe de ficar resolvido. E, seguro da sua desconfiança, considerava indispensável que a Câmara analisasse imediatamente a possibilidade de estabelecer as padarias municipais no terreno atribuído para esse efeito.

Tendo esta proposta sido contabilizada pelos outros membros da mesa na sessão seguinte, o vereador Augusto Francisco Vieira esclarecia que a Comissão tinha encarregado um empregado do Serviço de Obras e outro da Segurança Pública para «*elaborarem um projecto para o estabelecimento de uma padaria municipal*».²⁵

Durante este tempo as construções no antigo terreno conventual continuavam ao ritmo possível da repartição municipal das obras.

No dia 5 de maio, na mesma sessão de Câmara em que se discutia o programa para a alteração do uniforme dos músicos da banda dos bombeiros, o vereador José Martinho da Silva Guimarães refere a obrigação da Câmara em construir uma padaria municipal.

Este era um assunto já antigo, que a Câmara tinha conseguido protelar de ano para ano por novos vereadores, com novas ideias bem como novos projetos municipais.

Declarava este vereador que «*ha bastante tempo que se acha consignado na lei o principio da criação de padarias municipaes, mas á sua realização têm obstado principalmente as difficuldades financeiras que não permitem á camara arrostar com as despesas de installação. (...) mas os factos que se estão passando e a que a camara não pode conservar-se alheia mostram que alguma coisa se poderia fazer, procurando realizar aquelle pensamento em proporções relativamente modestas.*»

²³ Tenente de Engenharia Augusto Gomes Ferreira, nomeado inspetor-geral dos Incêndios em 18 fevereiro de 1889.

²⁴ *Idem, ibidem*, p.66

²⁵ *Idem, ibidem*, sessão em 27 de novembro, p. 106.



Os cofres da Câmara continuavam sem verbas suficientes para se iniciar uma obra deste vulto. E como as novas construções no terreno do antigo convento tinham já uma ocupação parcial, pois havia sido instalada uma Estação de Incêndios²⁶, era agora necessário comprar ou alugar outras instalações, para além da aquisição de toda a maquinaria, fornos e estruturas de panificação.

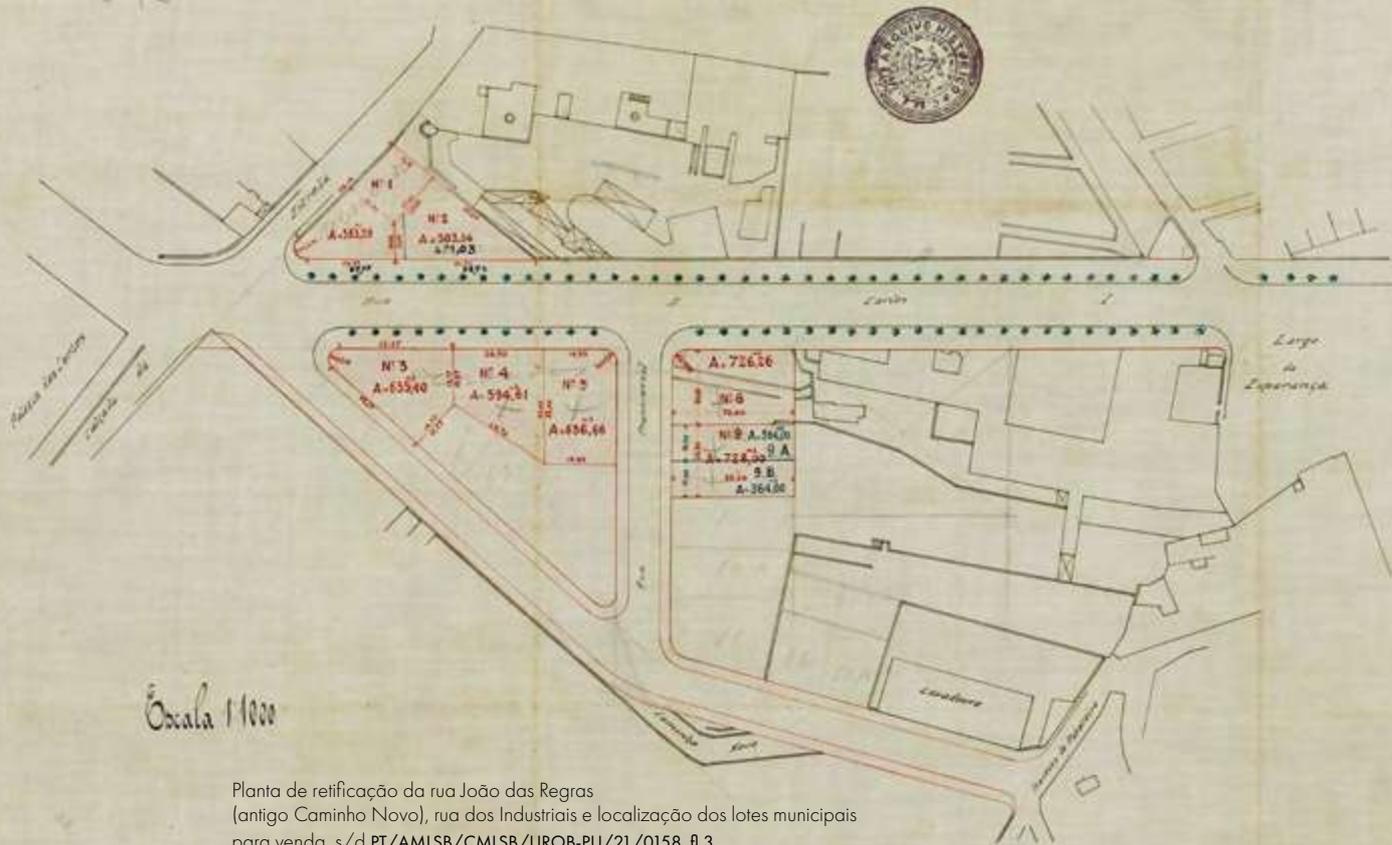
O mesmo vereador tendo conhecimento de que o Ministério da Guerra «acaba de organizar a Manutenção Militar, que quando completa prestará certamente um importante serviço, abastecendo de pão diversos estabelecimentos publicos e mesmo em caso de necessidade, uma parte da população da capital. D'ahi resultou o ser abandonada a antiga padaria militar na rua 24 de Julho que, embora em mau estado, poderia aproveitar-se.»

Apresentou-se a seguinte proposta: «Se o Ministerio da Guerra cedesse á Camara esta padaria, seria facil com uma pequena despeza põ-la em condições de funcionar, empregando n'esse serviço algum pessoal do serviço dos incendios. Successivamente se iria transformando os edificios e as installações de modo a tornar o serviço mais perfeito e economico e em breve teria a Camara um meio de prover ao abastecimento dos asylos e outros estabelecimentos municipaes; e bem assim um pessoal habilitado para quando fosse necessario fabricar pão».

Sem esquecer o antigo compromisso, o vereador referiu também que «a situação da antiga padaria militar é para o fim indicado extremamente vantajosa, e melhor que a do extincto convento da Esperança onde alias não haveria espaço preciso para uma boa installação».

No seio da vereação houve vozes a favor desta proposta tal como opiniões contrárias, mas não desistindo da ideia, o vereador reforçou a sua convicção justificando que «a conveniencia da

²⁶ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1896, sessão em 3 de junho, p. 191.



Planta de retificação da rua João das Regras
(antigo Caminho Novo), rua dos Industriais e localização dos lotes municipais
para venda, s/d PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/21/0158. fl.3

padaria municipal que teria a missão de regular o preço do pão, educar o pessoal neste genero de trabalhos ficando assim prevenido para qualquer caso de greve dos manipuladores de pão.»²⁷

Continuando ainda por algumas horas a discussão em torno desta questão, no fim foi aprovada a proposta com apenas dois votos contra. Ficou então decidido que seria enviada uma representação ao Governo a solicitar a cedência da padaria militar da rua 24 de Julho.

Enquanto se esperava pela resposta do Governo e do Ministério da Guerra, outros assuntos requeriam atenção: o aumento do preço das farinhas, que alterava o preço do pão, as propostas de alterações ao código administrativo e ainda um requerimento, acompanhado de atestado médico, do inspetor dos Incêndios Augusto Ferreira, pedindo trinta dias de licença para tratamento de doença, os quais são concedidos sem prejuízo do seu vencimento.²⁸

²⁷ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1898, sessão em 5 de maio, p. 229.

²⁸ *Idem, ibidem*, sessão em 12 de maio, p. 242 e sessão em 2 de junho, p. 271.

A primeira resposta a chegar foi a do Governo através de um ofício do governador civil, com data de 15 de junho, não autorizando a criação das padarias municipais. O ofício remetido pelo Ministério da Guerra chegou apenas a 13 de julho, comunicando não poder ceder as instalações da antiga padaria militar porque ainda estavam a ser utilizadas.²⁹

A partir daqui a vontade da Câmara em criar padarias próprias deixa de existir e o assunto não volta mais a ser referido em reunião de vereação.

OBRAS E NOVOS ARRUAMENTOS

Em agosto de 1889 a Comissão Executiva dava andamento ao projeto dos arruamentos ao redor do terreno do extinto convento, deliberando que fosse enviado um ofício à companhia das águas participando a necessidade de ser demolida uma parte do aqueduto existente na calçada da Estrela, de modo a desocupar o terreno onde seria aberta a futura «avenida das Cortes».³⁰

Estava traduzida a intenção de organizar e aformosear o local com o propósito de o dotar de ruas mais cómodas e agradáveis aos habitantes desta parte da cidade.

Em simultâneo com as sessões da câmara sobre as melhorias dos arruamentos ou os resultados nem sempre favoráveis, dos leilões para a venda dos lotes de terreno em que foi dividida a cerca do convento das freiras da Esperança, alguns particulares, com edificações na zona, solicitavam ao município cedência de parcelas dos terrenos que estivessem paredes meias com os seus a fim de aumentar ou alinhar as suas propriedades.

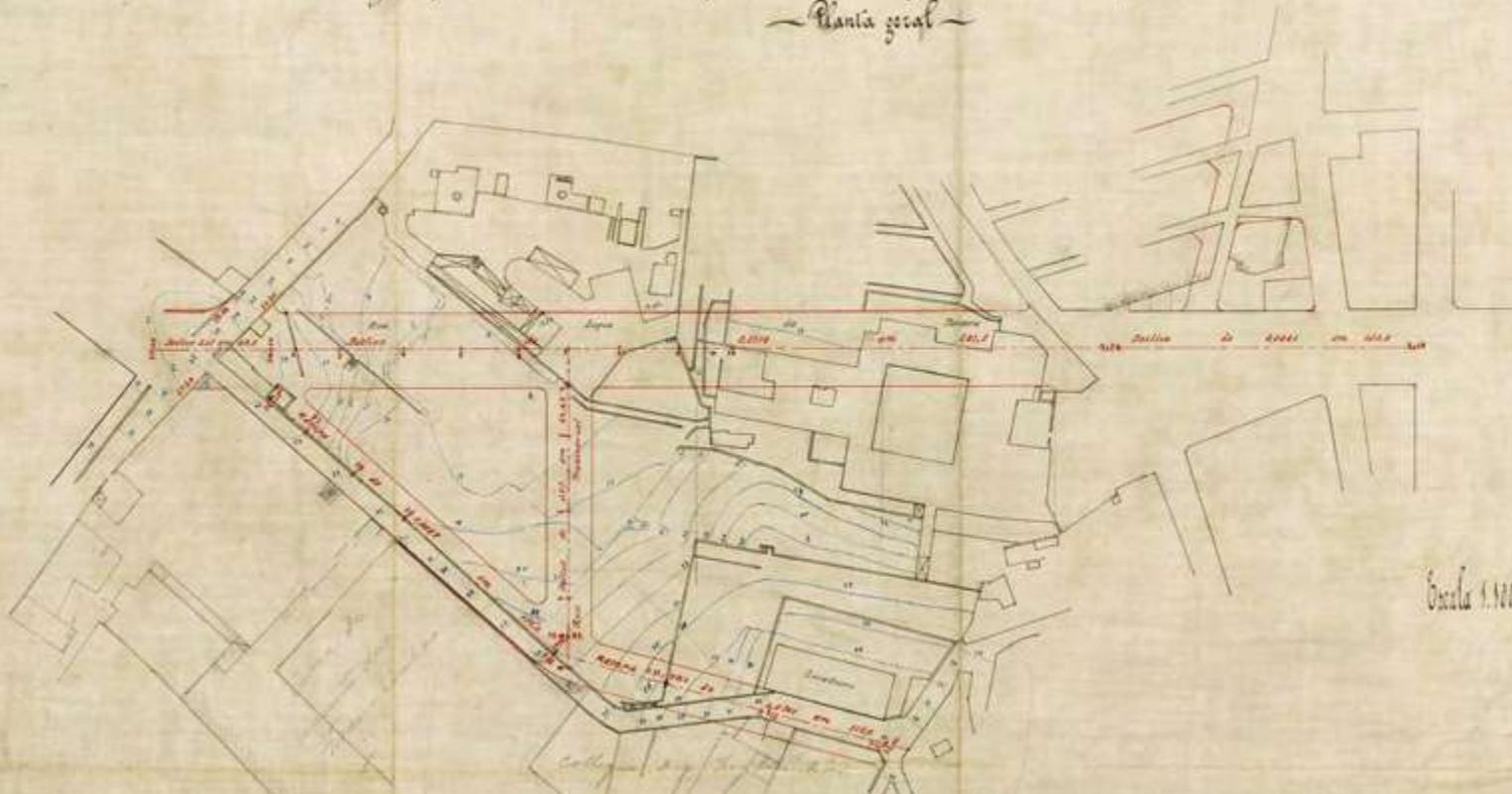
A Câmara recusava quase sempre estes pedidos enquanto não esgotasse todas as possibilidades de os vender por iniciativa própria. Como foi o caso com a proposta feita em 17 de agosto, por parte da firma Jacques Maillard & Filhos, para a compra de um terreno contíguo ao da sua fábrica, que abrangia uma fração desalinhada da cerca do extinto convento e que fazia frente para a rua de S. Bento. A Câmara indefere o pedido porque tinha planeado dividir o terreno em lotes, dar-lhes um alinhamento estético e vendê-los pelo mais alto preço possível.

No entanto houve exceções à recusa destas solicitações particulares. Um requerimento do munícipe António Leite de Magalhães Bastos, depois de ter sido discutido e bem analisado pela Comissão Executiva, foi aceite.

²⁹ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1898, sessão em 21 de julho, p. 333.

³⁰ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1889, sessão em 3 agosto, p. 281.

Projecto para abertura da rua Duque de Terceira, alargamento do Caminho Novo e rua transversal
Planta geral



Abertura da rua Duque de Terceira e alargamento do Caminho Novo e rua transversal, 1885. PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/21/0158 f.13

Em sessão de Câmara de 22 novembro 1889, o presidente Fernando Pereira Palha Osório Cabral apresentou em mesa da vereação uma proposta referente à toponímia dos novos arruamentos: «a actual rua do Duque de Terceira e o seu prolongamento até a calçada da Estrela, que deve ser inaugurado no dia da aclamação de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I, fique tendo a denominação de rua de D. Carlos I e que a praça dos Romulares passe a denominar-se praça do Duque de Terceira.»³²

Esta proposta foi imediatamente aprovada por unanimidade, pois faltava pouco tempo para a festa régia, D. Carlos já tinha subido ao trono a 19 de outubro e o cerimonial de aclamação estava marcado para o dia 28 de dezembro desse ano.³³

³² *Idem, Ibidem*, p. 178.

³³ O topónimo é proposto como homenagem ao novo rei até à proclamação da República. Por edital de 5 de novembro de 1910 passa a denominar-se avenida das Cortes e com o Estado Novo, em 1948, por edital de 23 de dezembro, volta ao topónimo avenida de D. Carlos I.



Planta do alinhamento da rua de S. Bento, s/d
PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/21/0157. f.7

Numa reunião em janeiro de 1890, a Comissão Executiva aprovou o parecer técnico da Comissão Especial Consultiva das Obras Públicas que havia apresentado um relatório e respetivo orçamento³⁴ para o alargamento e retificação do Caminho Novo³⁵ e abertura de uma rua, já projetada, destinada a ligar, transversalmente, aquele caminho com a rua D. Carlos.

36

Para acelerar o andamento destas obras, o presidente executivo, em concordância com os restantes membros da mesa, mandou anunciar a venda dos talhões de terreno designados em planta com os n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9, e que pertenciam ao extinto convento, ficando ainda dependente da aprovação da Câmara a abertura da nova rua, o que veio a acontecer em 5 de fevereiro desse ano.³⁶

³⁴ O orçamento total era de 13.920\$000 réis, distribuídos por: abertura da nova rua 2.270\$000; alargamento do Caminho Novo 8.144\$000 e retificação do mesmo Caminho em terrenos não municipais, cuja despesa seria de 3.506\$000 réis. A aprovação resultava da previsão que a repartição técnica havia feito para o valor que viria a render a venda dos terrenos municipais, adjacentes à rua D. Carlos I: 96.794\$500 réis. A diferença era mais do que justificada, não só em relação à conveniência do trânsito público, mas sobretudo, aos interesses económicos do município, conforme o parecer de 23 de dezembro de 1889.

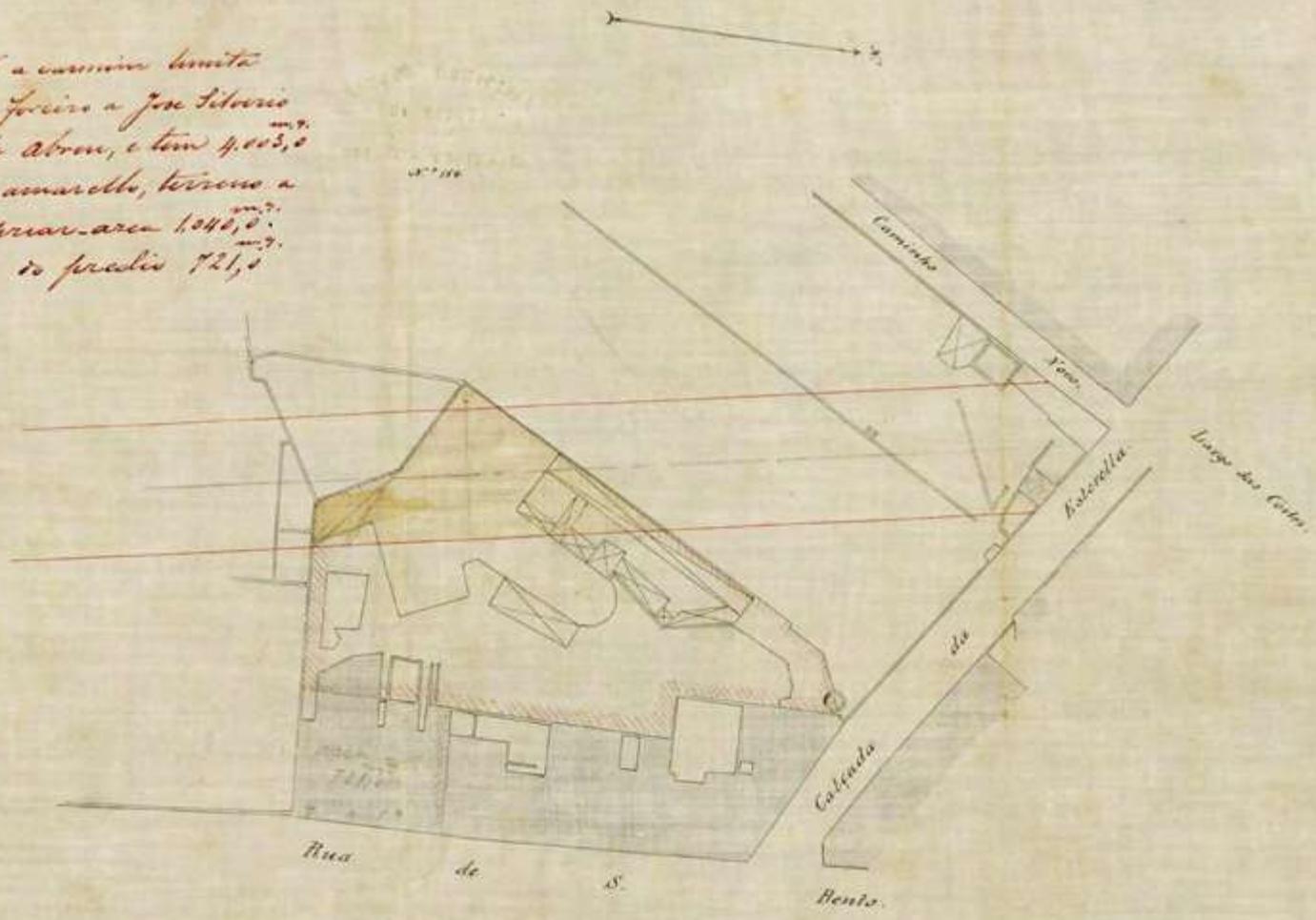
³⁵ Segundo nos conta Vieira da Silva, na sua obra *Dispersos*, p. 429, «este caminho foi aberto por volta de 1680 por D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, de alcunha o Quelhas, no extremo sul da sua propriedade e o doou aos moradores das cercanias». Por edital de 26 janeiro de 1894, passou a denominar-se rua D. João das Regras. Atualmente denomina-se rua das Francesinhas.

³⁶ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa – Presidência da Comissão Executiva – ano de 1890, sessão em 25 janeiro, p. 42.

C. 7. 7. 7.

Planta da parte do terreno onde está estabelecida a fabrica pertencente a
Maillard & Filhos.
que é precisa para abertura da avenida
entre a rua Vinte e Quatro de Julho e o palacio das Cortes.

O terreno a caminho limitado
e terreno fôrno a José Silveira
Coutinho de Abreu, e tem 4,003,0
O banco amarelo, terreno a
expropriar. area 1,046,0
area do predio 121,0



Escala 1:1000

Repartição tecnica da Camara Municipal
de Lisboa 16 de setembro de 1880

O engenheiro chefe da repartição

Frederico Raposo Gomes

Parte do terreno da fábrica pertencente a Maillard & Filhos, local por onde iria ser feita a abertura da avenida entre a rua Vinte e Quatro de Julho e o palácio das Cortes, 1880.
PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/21/0158. f.8

UMA NOVA ESTAÇÃO DE INCÊNDIOS

No final do verão de 1889, a Inspeção Geral dos Incêndios dava conhecimento ao responsável pelo serviço de segurança da Câmara, o vereador Frederico Biester, da conveniência de se «construir um barracão para arrecadação de uma maquina para acudir a incendios, enquanto não se concluirem as obras da projectada estação do serviço dos incendios nos terrenos da abegoaria», à Boavista.³⁷

No mês de março do ano seguinte foi discutida em reunião, uma proposta da Repartição Técnica, onde o engenheiro chefe, Frederico Ressano Garcia, expunha a conveniência de se construir uma estação para o Serviço de Incêndios nos terrenos do extinto Convento da Esperança e aproveitando-se os materiais retirados do necessário desaterro para o nivelamento da rua a construir, fazendo a ligação entre o Caminho Novo e a rua D. Carlos I.³⁸

A proposta foi unanimemente aceite pelos vereadores e, na sessão seguinte, ficou decidido que a Repartição Técnica iria executar o projeto para a construção de uma estação dos incêndios à Esperança.³⁹

No mês de maio, o vogal da Comissão Administrativa, Joaquim José Pereira Alves, em sessão do dia 12, adverte por precaução que não devia cessar o arrendamento da casa situada no boqueirão dos Ferreiros, onde tinha estado estabelecida a oficina da Inspeção Geral dos Incêndios, antes de ser efetuada a mudança para uma das dependências do extinto convento ainda não demolida e subarrendá-la pelo mesmo valor, porque «por qualquer eventualidade ter de sair aquelle serviço do dito edificio e comvinha portanto conservar a casa do boqueirão como um refugio, se bem que de insignificante valor, por ser pouco espaçoso.»⁴⁰

No final de agosto de 1890, a limpeza do terreno da Esperança já estava adiantada e, segundo os vereadores, era conveniente dar-se início imediato à construção de um dos armazéns destinado ao material do Serviço de Incêndios.

Porém, a venda dos lotes de terreno adjacente ao extinto convento não tinha corrido tão bem como o previsto e as verbas não eram suficientes para esta obra.

³⁷ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1889 – Comissão Executiva, sessões em 24 de agosto e 25 de setembro, pp. 315 e 358, respetivamente.

³⁸ A rua denomina-se, ainda hoje, rua dos Industriais, topónimo aprovado em sessão de Câmara de 14 de novembro de 1891.

³⁹ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1889, p. 106.

⁴⁰ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1890, p. 138.



Um dos motivos que levava ao atraso das obras era a existência de objetos artísticos cuja sensibilidade da vereação e dos próprios operários originava indecisões sobre a forma de os tratar e sobre o local onde os depositar, para que «não se percam».⁴³

Um ofício datado de 10 de dezembro de 1893 do inspetor-geral dos Incêndios, que acompanhava a par e passo o estado da nova estação, informava a Câmara da conveniência de elevar as paredes do alçado da «caserna no extinto convento até á altura do pavimento do 1º andar».⁴⁴

⁴³ É feita referência a vários quadros decorativos, uma cruz de pedra, um quadro de estuque pintado a óleo e alguns azulejos «com caracter especial» e as sugestões de deslocação seriam o depósito no Museu das Belas Artes ou a entrega ao Museu Arqueológico. *Idem, Ibidem*, sessão em 8 de Abril, p. 162.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, sessão em 11 de dezembro, p. 366.

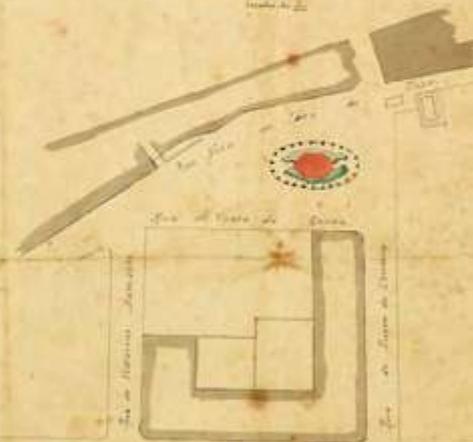
Pavilhão para bombeiros e estação de polícia

Luiz de S.



Planta geral

Luiz de S.



Projeto de um pavilhão para estação de polícia e bombeiros, s/d
PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/21/0408

Decorridos três anos, em 21 de maio de 1896, a vereação reunida pedia ao vereador do Pelouro dos Incêndios, Pires Branco, que esclarecesse algumas questões sobre a estação ainda em construção no terreno do extinto Convento da Esperança.

Os vereadores apresentaram as suas dúvidas acerca das importâncias que estavam a ser gastas com a construção: se tinha havido uma planta previamente aprovada, por quem tinham sido dirigidas e determinadas essas obras e se o objetivo de tal edificação correspondia ao destino onde fora decidido aplicar aquelas verbas.

Como justificação o vereador referiu ter tido conhecimento que a direção das obras e o pessoal empregado nelas pertenciam ao Serviço Geral de Obras, portanto essas questões diziam respeito à Repartição Técnica da Câmara e à vereação anterior que tinha tratado de todo o projeto e seus pormenores.

No entanto, parecia-lhe conveniente que fosse nomeada uma comissão, composta por membros da vereação, para conhecer o que ali estava a ser feito e se a sua execução preenchia os requisitos para o fim a que a Câmara destinava aquela edificação.

Segundo o parecer do vereador Alves do Rio deviam ser nomeados alguns técnicos da Câmara na constituição desta comissão para uma melhor avaliação, pois os seus conhecimentos eram especializados. É então proposto pelo presidente que a comissão fiscalizadora fosse composta pelos vereadores Pires Branco, Germano Claro, João Carlos de Oliveira e pelos empregados da Câmara, o engenheiro António Maria de Avelar e o arquiteto José Luís Monteiro.⁴⁵

Duas semanas depois desta decisão, o engenheiro António Avelar, em seu nome e do arquiteto Monteiro, apresentava os pedidos de dispensa da comissão nomeada para vistoriar as obras alegando incompatibilidades técnicas com a competência profissional de cada um. Esta dupla demissão foi aceite e o assunto foi adiado para mais tarde ser resolvido com outra comissão.⁴⁶

A conveniência de se criar uma comissão para examinar as contas e as edificações no terreno à Esperança, sugerida pelo vereador responsável pelo Serviço dos Incêndios, não terá sido uma ideia brilhante, pois além da renúncia do engenheiro e do arquiteto ainda originou a apresentação da carta de demissão do inspetor-geral dos Incêndios, Augusto Gomes Ferreira, logo na semana seguinte o que deixou a vereação algo surpreendida.

Reconhecendo o valor deste funcionário como um dos mais distintos da Câmara, com «*uma inteligência, integridade e rectidão profissional que todos confirmavam*», o presidente da Comissão Executiva propunha que fosse enviado um ofício ao inspetor Augusto Ferreira solicitando que reconsiderasse o pedido de demissão do seu cargo. Este agradeceu a consideração, mas para que não ficassem dúvidas quanto ao seu comportamento requereu que fosse feita uma sindicância aos seus atos.

No mês de agosto seguinte, aparece a resolução camarária de registrar em ata um voto de louvor ao Corpo de Bombeiros pelos serviços prestados e, em especial, ao seu inspetor pela colaboração na ocasião da greve dos operários da Companhia do Gás cujas irregularidades na iluminação pública podiam ter originado grandes acidentes.⁴⁷

Em setembro, por requerimento, o inspetor Augusto Ferreira veio solicitar que lhe fossem concedidos quinze dias de licença, os quais não só foram concedidos pela vereação como ainda foram sem perda do vencimento.⁴⁸

⁴⁵ Atas do ano de 1896, sessão em 21 de maio, p.165.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, sessão em 3 de junho, p. 191.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, sessão em 11 de agosto, p. 313.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, sessão em 10 de setembro, p. 344.



levantamento de Silva Pinto, 1911, n.º 9F e 9E. Arquivo Municipal de Lisboa
PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU-5/03/030 fls.3 e 4

As obras de edificação da nova e grande casa dos bombeiros, à Esperança, continuaram ao longo dos anos sem grandes sobressaltos ou, pelo menos, sem conflitos suficientemente importantes para serem discutidos em sessão de vereação.

Em meados do mês de janeiro de 1898 começaram as intervenções no lado direito da igreja, no local do coro baixo no tempo das freiras, sendo necessário trasladar os «*restos mortaes de Pedro Gonçalves da Camara, esposo de D. Joana d'Eça, padroeira do mosteiro da Esperança*» para o ossário municipal no cemitério dos Prazeres.⁴⁹

No mês de fevereiro era solicitado ao Serviço Geral de Obras algum material em depósito para a construção de uma parede das oficinas da Esperança, pertencente a uma das dependências do antigo convento que havia sido demolida por estar em ruínas.⁵⁰

No mês seguinte, depois de analisado o orçamento, foi dada autorização para «*a execução de trabalhos de calçada no passeio da rua D. Carlos, junto á caserna da inspecção dos incêndios*». Portanto as obras do prolongamento desta rua até ao largo das Cortes estavam praticamente finalizadas.

No ano de 1899, a já oficializada Caserna da Esperança dispunha de boas instalações sanitárias e em largueza suficiente para permitir a instalação de banhos públicos com serventia para a população do bairro circundante.

Era uma medida de solidariedade social, como outras ações levadas a cabo pela Câmara, na sequência dos novos conceitos de higiene pública que andavam a circular por toda a Europa nas últimas décadas do século XIX.

No primeiro agosto do novo século, quase todas as dependências desta estação da rua de D. Carlos estavam concluídas, mas os arranjos interiores ainda estavam em adaptações aos diversos serviços da repartição dos Incêndios, bem como em fase de terraplanagem estavam os terrenos anexos, o campo de jogos ou o local para a construção de uma piscina.

Na sessão de Câmara do dia 23 de agosto, foi apresentado um officio enviado pelo Serviço de Incêndios a solicitar resolução para um achado de grande valor nas escavações do recinto: duas moedas de 1 \$000 réis, duas de 400 réis, todas de ouro do tempo de D. João V, mais uma moeda de 60 réis e outra de 40 réis, ambas de prata do tempo de D. Pedro II e ainda outra de 40 réis também de prata, do tempo de D. José I. Foi também encontrado um coração em madre pérola.

⁴⁹ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1898 – Repartição Central, sessão em 20 de janeiro, p. 52.

⁵⁰ *Idem*, *Ibidem*, sessão em 17 de fevereiro, p. 102.



Vista geral da parada do quartel da avenida D. Carlos I. Eduardo Portugal. PT/AMLSB/POR/052795

A vereação chegou à conclusão que o local mais adequado para a guarda destes objetos seria o arquivo municipal, pelo que foi mandado chamar o arquivista chefe e feita a entrega pela mão do presidente Pedro Augusto Franco, conde do Restelo.⁵¹

⁵¹ Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1900 – Comissão Executiva, sessão em 23 de agosto, p. 371.

A primeira sessão da Comissão Executiva do ano de 1901 iniciou com um voto de pesar pelo falecimento de um dos cidadãos mais prestigiados dos últimos anos da Câmara, o inspetor Augusto Gomes Ferreira e em consideração à sua figura, o vereador responsável pelo Serviço dos Incêndios propôs em homenagem que «a caserna da Esperança fosse denominada – Caserna Augusto Ferreira – porque aquele edificio revela exuberantemente a proficiencia e cuidado de Augusto Ferreira no desempenho do lugar que ocupava».

Para reforçar o apreço que a vereação tinha por este inspetor, o vereador Manuel Alves do Rio propôs que se desse o nome de Augusto Ferreira a uma das futuras ruas da capital.⁵² E para além disso, havia solicitado à família «as insignias e o retrato do falecido» com a finalidade de perpetuar a sua memória.

A substituição do lugar de inspetor dos Incêndios devia ser feita por um engenheiro e à altura não havia muita escolha. Com alguma discussão sobre diversos nomes, acabou por ser aprovada por todos a nomeação do engenheiro António Maria de Avelar, como interino, até que o Governo se pronunciasse sobre a ocupação deste cargo.

No ano de 1901, por decreto de 17 de agosto, em consequência das reformas administrativas levadas a efeito pelo Governo, o Serviço de Incêndios passou para a posse do Estado.⁵³

A meio do ano, o Governador Civil controlava já o funcionamento dos Incêndios continuando este serviço a depender da Câmara na questão dos gastos com a logística, como se regista pelos assuntos discutidos em sessão de Câmara de 22 de agosto sobre «a despesa a fazer na transformação da rede dos seus telefones, por efeito da tracção electrica será cerca de 10 contos de réis».

E sobre «os graves inconvenientes que podem resultar da falta de conserto nas bocas de incendio por falta de verba no orçamento, e de comunicar aquella direcção que por officio do governador civil, n.º 164 de 7 do corrente mes já foi participado ter sido approved, para ser incluído em orçamento suplementar a verba de 500\$000 réis, para reforço do artigo n.º 70 do orçamento geral, relativo a despesas de conserto de bocas de rega particulares.»⁵⁴

⁵² Atas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1901, sessão em 3 de janeiro, p. 4. O topónimo Augusto Gomes Ferreira foi atribuído a uma rua da freguesia da Ajuda, por edital de 26 de setembro de 1916.

⁵³ O Corpo de Bombeiros de Lisboa voltou a ficar sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa em junho de 1913, por decreto estatal.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p. 315.

CONCLUSÃO

Nos anos que se seguem à nova tutela do serviço de bombeiros, com base nas atas das sessões de Câmara, poucas ou nenhuma referências encontramos sobre o estado das edificações no recinto do Quartel da Esperança.

Perante esta situação podemos depreender que as dependências necessárias estariam já prontas ou foram sendo terminados alguns melhoramentos que não seriam dignos de importância para serem discutidos em reunião de câmara, exceto as decisões sobre o aumento da contribuição anual, uma taxa recaída sobre as apólices de incêndio que as companhias de seguros tinham de pagar à Câmara.

Em dezembro de 1957, uma visita guiada às instalações do quartel da Esperança pelo Tenente-Coronel Luís Ribeiro Viana, à época Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros, dá-nos uma descrição do «aquartelamento sede do Comando»⁵⁵.

Começando por fazer grandes honras ao antigo inspetor Augusto Gomes Ferreira, nomeia-o «autor do projecto da construção (...) obra de grande vulto para o tempo».

A visita teve início no corpo central da edificação, onde estavam instaladas as «residências do Inspector e de alguns chefes, a central telefónica, a secretaria e outros gabinetes».

No corpo sul, «onde se deu largo aproveitamento ao material das demolições do convento, foram instalados depósitos de material no 1.º andar e oficinas no rés-do-chão».

No corpo norte, «sem obediência à traça geral do projecto, um barracão com três corpos destinados no rés-do-chão a parque de material e cavalariças e no 1.º andar a caserna dos aquartelados. Este barracão, hoje aumentado com dois andares de casernas amplas e arejadas, ainda estava em estado primitivo» quando ele, Comandante, entrou para os bombeiros no ano de 1938.

Na parte com ligação à antiga igreja ficava «o Pátio da Porca ou da Porta que servia para o exercício físico».

No tempo deste Comandante dos bombeiros «havia já uma dependência a que se chamava Museu, que mais não era do que uma arrecadação de material antigo, disposto indiscriminadamente e sem qualquer valor histórico» e que ele resolveu remodelar, no sentido de mostrar a impor-

⁵⁵ Breves notas sobre a História e a Vida do Batalhão de Sapadores Bombeiros, p. 68.

tância de um espaço-repositório de antigas viaturas, apetrechos utilizados no século XIX, insígnias, fotografias e outros objetos pertencentes a antigos bombeiros e, ainda, invenções e protótipos em pequena escala, como a escada Fernandes, uma original escada extensível e rotativa, datada de 1871 e da autoria do 1.º patrão de bombas, João Fernandes.

Depois da explicação da disposição das salas do Museu do quartel e do seu acervo, o Comandante termina a visita às instalações aludindo à importância do significado deste complexo de edifícios para a história do socorro na cidade de Lisboa.

Na sua obra *Dispersos*, editada em 1968, o engenheiro Augusto Vieira da Silva, faz uma descrição histórica deste quartel onde refere que «em 1900 (...) continuavam as grandes obras de construção do Quartel do Comando do Batalhão de Sapadores Bombeiros e sede da 1.ª Companhia e da Companhia de Reforço.

Em 1901 já estava concluído, como hoje se acha.»⁵⁶

⁵⁶ SILVA, Augusto Vieira da (1968). *Dispersos*, vol. I, Lisboa: Sociedade Tipográfica, p. 451.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

- Contrato de cedência do extinto Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (proc. n.º 3997/4).

Arquivo Nacional Torre do Tombo . Ministério das Finanças

- Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal – Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa – MF-DGFP/E/002.
- Inventário da extinção do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa – cx. 1957 a 1962.
- Ordem dos Frades Menores (OFM), Província de Portugal, Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança de Lisboa – mc. 1.

Arquivo Municipal de Lisboa

- Documentação avulsa sobre a Administração Municipal, ano 1888, n.º 328.
- Sessões da Câmara Municipal de Lisboa:
Atas de 1863, 1867, 1888, 1891, 1893, 1896, 1897, 1898, 1899, 1903, 1908, 1913, 1916, 1929, 1930 e 1932;
Atas da Comissão Executiva 1889, 1890, 1900 e 1901;
Atas da Comissão Administrativa 1890, 1902 e 1933.
- Boletim Municipal de 1937, 1939 e 1988.

Chancelaria da Cidade

- Coleção de providências municipais, 1833–1856.
- Correspondência dos vereadores: relatórios, propostas e alocações, 1913.
- Índice de propostas apresentadas em sessões de câmara, 1918–1926.
- Informações e ofícios da Secretaria da CML, 1835–1844; 1849–1864.
- Leis e regulamentos vários, 1801–1830.

- Assentos do Senado:
 - Livro I de 1544–1561;
 - Livro II de 1591–1609;
 - Livro III de 1609–1630;
 - Livro de 1632–1666;
 - Livro IV de 1646–1669.
- Assentos do Senado Oriental:
 - Livro V de 1675–1732.
- Assentos do Senado Ocidental:
 - Livro VI de 1729–1753;
 - Livro VII de 1753–1812;
 - Livro VIII de 1778–1833.
- Livro de correspondência diversa 1833–1835.
- Livro de protocolos de consultas 1833.
- Registo de anúncios e editais:
 - Livro 1 de 1889–1891;
 - Livro 2 de 1891–1895.
- Registo da Chancelaria da Cidade:
 - Livro LXVIII de 1754–1755;
 - Livro LXIX de 1756.
- Vereação:
 - Livro II de 1554–1613;
 - Livro IV de 1495–1548.
- Pasta de editais/originais de 1910, 1918, 1948 e 1988.
- *Synopses* dos principais atos administrativos da CML durante a sua gerência de 1835 a 1841.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ferreira de (1969). "Dos Açacais à escada Magirus", in *Revista Olisipo*, n.º 40, outubro 1947 – Lisboa e os seus Serviços de Incêndios, 1.º vol. 1395-1868, Lisboa: Câmara Municipal.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (1982). *Retrato de Lisboa Popular: 1900*, Lisboa: Presença.
- BEBIANO, J. Bacelar (1936). *O porto de Lisboa: estudo económico*, Lisboa.
- CALADO, Maria (dir.) (1993). *Atlas de Lisboa: a cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa: Contexto.
- CÂMARA, Paulo Perestrelo da (1839). *Descrição geral de Lisboa em 1839 ou ensaio histórico de tudo quanto esta capital contém de mais notável*, Lisboa.
- CAMELO, Hermes Augusto (1971). *História do Serviço Telefónico do Batalhão de Sapadores Bombeiros*, Lisboa: Câmara Municipal.
- CARVALHO, João Pinto de (1991). *Lisboa de Outrora*, anotações de G. Matos Sequeira e L. Pastor de Macedo, 1.º vol., Lisboa: Fenda.
- CASTILHO, Júlio de (1940). *A Ribeira de Lisboa*, 2.ª ed. revista e aumentada pelo autor, com anotações de L. Pastor de Macedo, 2 vols., Lisboa: Câmara Municipal.
- CUNHA, Francisco Ângelo (1938). *Colectânea de regulamentos, posturas e editais camararios*, Lisboa;
- FAGUNDES, João (1993). "Obras Públicas: a grande fachada do «Estado Novo»", in *História de Portugal*, dir. João Medina, 12.º vol., Lisboa: Ediclube.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2000). *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direção de Filipe Folque, 1856–1858*, coord. Inês Morais Viegas, Alexandre Arménio Tojal, Lisboa: CML.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1972). *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa* na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta Cidade. Com biografias, descrição de ornatos e imagens e indicações acerca dos seminários e noviciados estabelecidos em Lisboa, Tomo II, Lisboa: Imprensa Municipal.
- SILVA, R.H. (dir.) (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Catálogo de Exposição Abril/Maio, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MANTAS, Vasco Gil (1997). "Olisipo e o Tejo", in *II Colóquio Temático: Lisboa Ribeirinha*. Actas das Sessões, Lisboa: Câmara Municipal.

- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1987). *Lisboa em 1551*. Sumário, Lisboa: Livros Horizonte.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882/1911). *Elementos para a História do Município de Lisboa por (...)* arquivista da Câmara Municipal da mesma Cidade, Tomos I, II, III, V, VI, X, XIV, XV, XVI, Lisboa: Typographia Universal.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1987). "A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959", in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, 1.º vol., Lisboa: Fragmentos.
- RIBEIRO, Luís Viana (abril 1958). "Breves notas sobre a história e a vida do Batalhão de Sapadores Bombeiros", in *Olisipo – Boletim trimestral do Grupo de Amigos de Lisboa*, ano XXI, n.º 82.
- RIBEIRO, Luís Viana (1951). "As novas escadas mecânicas do B. S. B", in *Revista Municipal*, n.º 48, 1.º trimestre.
- SANTANA, Francisco (dir.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas & Associados.
- SANTO AGOSTINHO (1991). *A Cidade de Deus*, 2.º vol., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SEQUEIRA, G. de Matos (dir.) (1947). *Lisboa oito séculos de história*, 2 vols., Lisboa: Câmara Municipal
- SILVA, Augusto Vieira da (1968). *Dispensos*, 1.º vol., Lisboa: Sociedade Topográfica.
- SILVA, Carlos Nunes (1994). *Política Urbana em Lisboa 1926-1974*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Raquel Henriques da (1994). "Urbanismo: Caminhos e Planos", in *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Catálogo da Exposição, Junho/Outubro 1994, Lisboa: Livros Horizonte.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Câmara Municipal de Lisboa/Regimento de Sapadores Bombeiros [Consulta em 23-11-2016].

Disponível em: www.lisboa.pt/cidade/seguranca-e-prevencao/regimento-de-sapadores-bombeiros

Demografia/Censos [Consulta em 23-06-2017].

Disponível em: www.fcsh.unl.pt/atlas_2005/lista_indice.html

Direção Geral dos Próprios Nacionais [Consulta em 15-08-2017].

Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1414>

Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça [Consulta em 15-08-2016].

Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1417>

CRONOLOGIA

1524 Fundação de um mosteiro por D. Isabel de Mendanha para albergar senhoras nobres devotas.

1526/27 Por bula do papa Clemente VII o mosteiro é confirmado e inicia-se a sua edificação nos terrenos da quinta de Sisana, à Boa Vista.

1528 Na feitura do seu testamento a fundadora dedica o mosteiro a Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista.

1531 Morte da fundadora e ocupação da direção do mosteiro por D. Joana d'Eça, aia da rainha D. Catarina, que continua a sua construção.

1535 Chegada ao mosteiro das primeiras religiosas da ordem de Santa Clara, vindas da Madeira e de Santarém.

1551 Integram-se na capela do mosteiro duas irmandades, ambas constituídas por homens do mar, uma ficaria sob a invocação de Nossa Senhora da Caridade e a outra de Nossa Senhora da Esperança (este orago iria dominar e crescer em importância dando nome ao local).

1553 Escritura da cedência plena às religiosas do terreno da quinta de Sisana onde estava a ser edificado o convento.

1557 Morte de D. João III. Após esta data, D. Catarina, escolhe o convento para passar grandes temporadas, junto com a infanta D. Maria e seu neto, o futuro rei D. Sebastião.

1571 Morte de D. Joana d'Eça, a abadessa mais influente no crescimento do convento.

1594/96 Administração e gerência do mosteiro por D. Jerónima de Jesus. Nestes anos concluem-se grande parte das construções que compõem o complexo conventual: dormitórios, enfermaria, claustro principal, coro alto da igreja e outras de menor vulto.

1606/66 Sob a vontade das várias abadessas são iniciadas e terminadas diversas obras de remodelação e ampliação.

1626 Levantado o muro que iria rodear todo o convento e separá-lo do espaço público.

1667 Rainha D. Maria Francisca de Sabóia recolhe-se no já então chamado convento de N. Sra. da Esperança de Lisboa, durante o processo de anulação do seu casamento com D. Afonso VI.

1668-1700 Período dedicado a engrandecer a igreja com a abertura de janelas, aqui-

sição de pinturas sacras, abertura de capelas laterais, aplicações em talha dourada, pintura do teto, reforço da escadaria do coro alto e outros melhoramentos.

1680 Em meados deste ano, D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, proprietário dos terrenos a poente da cerca das freiras da Esperança e de alcinha o *Quelhas* manda abrir um caminho no extremo sul da sua propriedade, para facilitar a circulação dos moradores do sítio, que ficou denominado Caminho Novo.

1707 Sabe-se que nesta data a igreja do convento tinha acesso pelo exterior, por porta que abria para um terreiro gradeado, frente ao largo da Esperança.

1734 O Senado adquire, em Inglaterra, quatro bombas de incêndio com tanque. Nesta época aparece, pela primeira vez, referência ao termo bombeiro para designar o condutor da bomba do Serviço de Incêndios.

c. **1744** Instalado um novo órgão na igreja do convento, por oferta de uma senhora nobre.

1746 Apresentada a primeira ideia para a regularização da frente ribeirinha, entre o cais de Santarém e Pedrouços, da autoria de Carlos Mardel e de Custódio José Vieira.

1755 No primeiro dia de novembro, o grande terramoto destrói parte das dependências do convento da Esperança, obrigando à demolição de algumas paredes em ruína assim como parte da igreja, incluindo o teto.

1756/58 Elaborados os planos da reconstrução pombalina da baixa de Lisboa.

1758 O rei D. José, por influência de sua mulher, D. Mariana Vitória, manda reconstruir o convento das freiras da Esperança, dando-lhe um cariz notável e grandioso.

1766 Criado um lugar de Capitão das Bombas, preenchido por um mestre calafate, Domingos Costa.

c. **1770** Dá-se uma ocupação intensa e desordenada das praias ribeirinhas, com incidência na praia de Santos até à Ribeira.

1794 O cargo de capitão das Bombas, devido aos notáveis serviços prestados por Mateus António da Costa, passa a ser designado Inspetor dos Incêndios, abrangendo também a administração dos chafarizes.

1801 Colocado um novo órgão na igreja do convento. Inicia-se o assoreamento da frente ribeirinha, principalmente no local da Ribeira.

1812 As bombas de incêndios existentes

em Lisboa são divididas pelos seguintes locais: rua do Arsenal, Cruz do Taboado, Boa Vista, Estrela, Necessidades, Santa Apolónia, praça da Alegria, Amoreiras, Junqueira, Loreto e Graça.

1822 Criação da Repartição dos Negócios Eclesiásticos, integrada na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, com a finalidade de proceder ao controlo e à resolução de assuntos da Igreja, entre os quais a futura distribuição dos bens da igreja conventual da Esperança por várias paróquias.

1833 Decreto de 31 de julho cria a Comissão da Reforma Geral do Clero com vista à estruturação política da Igreja.

1834 Decreto de 30 de maio determina a extinção de todos os mosteiros, conventos, casas religiosas, colégios e hospícios de qualquer ordem regular e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional.

De imediata extinção os conventos masculinos e por óbito da última freira residente a supressão das casas religiosas femininas.

1835 Em agosto é feita uma representação ao Governo para o aumento do efetivo da Guarda Municipal, a fim de serem estabelecidos novos postos de toques de anúncio de incêndio.

1836 É elaborado o primeiro mapa com a demarcação dos quatro distritos, em que se divide a cidade de Lisboa, com a indicação do número de badaladas, anunciadoras de fogo.

1841 Em setembro é dada autorização ao inspetor dos incêndios para mandar fazer as camisolas brancas a fim de servir de divisa aos sub-inspetores e patrões de bomba.

1852 É delimitado o perímetro urbano da cidade pela estrada da Circunvalação.

É adquirida a primeira bomba do sistema Flaud, com escada de ganchos, saco de salvação e mangueiras.

É criado um corpo profissional para acudir a incêndios, denominado Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa.

1853 É editado um regulamento para os empregados da Repartição dos Incêndios sobre os toques de alarme.

1855/57 Grande epidemia de cólera na cidade, com aumento significativo de prestação de socorros por parte dos bombeiros municipais.

1857 A portaria de 20 de julho expressa a necessidade de se obter informações rigorosas sobre o estado em que se encontram os conventos femininos.

1859 Por esta altura é apresentado o projeto de um eixo que rasgaria a rua 24 de Julho, fazendo a ligação direta entre o palácio das Cortes e o novo cais a construir no aterro à praia de Santos, rua essa que veio a denominar-se rua D. Carlos I.

1863 No mês de novembro deflagra um grande incêndio nos Paços do Concelho. Deste sinistro resulta o estudo para uma reforma no Serviço de Incêndios da cidade.

1864 Apresentado o projeto denominado Plano Geral de Melhoramentos da Cidade.

1867 Em 27 de abril é assinado o contrato provisório com a então constituída Companhia das Águas, do abastecimento efetivo de água à cidade de Lisboa.

Neste ano é adquirida a primeira bomba de incêndios a vapor Merry Water.

Também neste mesmo ano é publicada uma Postura Municipal que obriga os proprietários a colocar bocas de incêndio nos seus prédios.

1868 É fundada a primeira Associação de Bombeiros Voluntários e da qual fazem parte algumas individualidades, tendo à sua frente, como principal patrono, o príncipe D. Afonso.

1869 O inspetor Carlos José Barreiros organiza o Serviço de Incêndios, introduzindo

uma norma de grande importância: a vigilância às casas de espetáculos.

1870 Projeto da rua Vasco da Gama (atual rua de D. Luís) e zona envolvente, incluindo a construção de prédios de rendimento e ajardinamento da futura praça de D. Luís.

1871 Neste ano o patrão maquinista da Inspeção dos Incêndios, João Fernandes, planeia e executa a Escada Fernandes, extensível e giratória, uma novidade para a época.

1876 Decreto de 25 de julho declara de utilidade pública a expropriação de uma parte da cerca do convento da Esperança para o alargamento da travessa do Pasteleiro e do Caminho Novo, com a finalidade de aí se construir um lavadouro público.

1879 Em 28 de fevereiro é feita a proposta para que ser construída uma Estação de Incêndios num terreno municipal, localizado entre o mercado novo e a rua de S. Paulo, de modo a «alojar o carro nº 26 – Escada Fernandes».

1880 Aparecem as primeiras bombas de incêndios da marca Noël.

1881 Decreto de 6 de agosto declara a necessidade de expropriar uma parte do terreno do convento da Esperança, para a abertura de uma rua que ligasse a rua 24 de Julho ao largo das Cortes.

1883 A carta de lei de 22 de junho concede à Sociedade das Casas Asilo da Infância Desvalida de Lisboa e à Associação das Creches uma parte da cerca do convento da Esperança, para a construção de dois edifícios.

1885 A 18 de novembro são inaugurados, pela rainha Maria Pia, o Asilo da Esperança e a Creche de Nossa Senhora da Conceição.

1886 Em 16 de fevereiro é aprovado o projeto de reorganização do Serviço Geral de Incêndios, devido à anexação das zonas de Belém e Olivais à Câmara de Lisboa. Neste âmbito organizam-se os primeiros piquetes de prevenção contra incêndios.

1887 A 31 de outubro é inaugurado o início das grandes obras de construção do porto de Lisboa, na extensão entre Sta. Apolónia e Belém.

1888 Passagem do convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança para a posse do Estado a 13 de agosto.

Em novembro é constituída uma comissão de estudo para o estabelecimento de padarias municipais na cidade de Lisboa.

Em 15 de novembro é feito o contrato provisório de cedência do extinto convento da Esperança à Câmara, para a organização e instalação das padarias municipais.

Também neste ano é apresentado o plano de

urbanização das Avenidas Novas e inaugurou-se a iluminação pública elétrica.

1889 A carta de lei de 12 de julho reitera o contrato feito entre a Câmara de Lisboa e o Governo, na cedência do extinto convento da Esperança para o estabelecimento das padarias municipais.

Em 19 de outubro é proclamado rei de Portugal D. Carlos.

Neste mesmo ano, o infante D. Afonso, 1º Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, compra a primeira escada Magirus, manobrada manualmente. Em 14 de novembro, esta escada junto com uma outra adquirida pelo Corpo de Bombeiros Municipais são usadas pela primeira vez em incêndio num prédio do Chiado.

Ainda neste ano toma posse como Comandante dos bombeiros, o Capitão de Engenharia Augusto Gomes Ferreira.

1890 Em janeiro, o arquiteto da Câmara, José Luís Monteiro, é encarregado de acompanhar as obras de demolição do edifício conventual.

Em março deste ano, o engenheiro chefe da repartição técnica, Frederico Ressano Garcia, expõe a conveniência em construir-se uma Estação de Incêndios nos terrenos do extinto convento da Esperança.

No dia 8 deste mês de março é decidido que o projeto de construção da nova Estação de In-

cêndios deve ser elaborado pela repartição técnica da Câmara.

1891 Por edital de 15 de novembro a nova rua, de ligação entre o Caminho Novo e a rua D. Carlos I, é denominada rua dos Industriais.

1893 A 18 de setembro é aprovada a proposta para que todas as novas construções de prédios sejam enviadas à Inspeção Geral dos Incêndios para análise de segurança, como uma das condições para a sua edificação.

1896 A 21 de maio o engenheiro António Maria de Avelar e o arquiteto José Luís Monteiro, juntamente com três vereadores, são nomeados para uma comissão de inquérito e fiscalização sobre a construção da Estação dos Incêndios, à Esperança.

A 3 de junho, o engenheiro Avelar e o arquiteto Monteiro, anunciam o seu afastamento da comissão alegando incompatibilidade de funções.

A 20 de agosto, é apresentada uma proposta para que nas oficinas do Serviço de Incêndios, à Esperança, sejam fabricados 8 000 candeeiros a petróleo a fim de serem distribuídos por toda a cidade devido a irregularidades na iluminação.

1898 Uma das partes principais da Estação de Incêndios, à Esperança, está já concluída e a funcionar.

A 5 de maio é decidido pedir ao Ministério da Guerra, por empréstimo, as instalações da pa-

daria militar situadas na Rocha do Conde de Óbidos que, em julho, são recusadas.

1899 É referido que a Estação da Esperança tendo boas instalações sanitárias e largueza suficiente para a instalação de banhos públicos, é posta a possibilidade de abrir a serventia de balneários à população do bairro circundante.

1900 Em agosto têm início as terraplanagens finais dos terrenos da antiga cerca das freiras da Esperança para a instalação de um campo de jogos.

Em data incerta mas anterior a 1901, a Central Telefónica é transferida para a Estação na rua D. Carlos I e instalada num dos corpos laterais do novo quartel de bombeiros.

1901 Em 3 de janeiro é proposto um voto de pesar pelo falecimento do inspetor dos Incêndios, Augusto Gomes Ferreira. E em sua homenagem é sugerido que a Estação da Esperança se passe a denominar Caserna Augusto Ferreira.

Por decreto de 17 de agosto, em consequência das reformas administrativas nacionais em curso, o Serviço Municipal de Incêndios passa para a posse do Estado.

1913 O Corpo de Bombeiros de Lisboa volta a ficar sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, em junho, por decreto estatal.

A partir desta data o inspetor dos Incêndios passa a ser designado Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa.

ISBN 978-989-54922-2-0



9 789895 492220



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS
Av. D. Carlos I, 1249 – 071 Lisboa